



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

PARECER

PROJETO DE LEI N° 049/2025, DE 06 DE AGOSTO DE 2025.

AUTORIA: HILMAR SERGIO PINTO DA CUNHA

MATÉRIA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA/CE, COM DENOMINAÇÃO DE RUA AGENOR FERNANDES DE LIMA E RUA JOSEFA CAVALCANTE DE LIMA.

RELATÓRIO.

A propositura acima indicada foi encaminhada pelo vereador Hilmar Sérgio Pinto da Cunha, protocolada nesta Casa na data de 07/08/2025, por intermédio da Mensagem ao Projeto de Lei n° 049/2025, de 06 de agosto de 2025, com esteio no art. 59, inciso I, da Lei Orgânica desta municipalidade.

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a criação e denominação das Ruas AGENOR FERNANDES DE LIMA e JOSEFA CAVALCANTE DE LIMA.

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

DO DIREITO.

Dada a autonomia legislativa municipal delegada pelo art. 1º, art. 29 e inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Município a edição de lei local tratando da matéria.

A Constituição Estadual do Ceará assim estabelece:

**Art. 28. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

A Lei Orgânica deste Município dispõe em seu Art. 12, inciso I, "ex vi legis":

Art. 12. O Município de Morada Nova, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, com observância dos princípios seguintes:

I – respeito à Constituição Federal e Estadual;



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

CONCLUSÃO.

A proposta insere-se na esfera de competência municipal, visto que a Constituição Federal, em seu art. 30, inc. I que estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica de Morada Nova, no seu art. 15, inciso I, item 8, determina a competência municipal para "sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização". Por fim, cumpre o disposto na Lei nº 1.144/2000 que dispõe sobre o sistema viário do Município de Morada Nova, obedecendo a legislação ordinária do município.

Logo, após a análise da matéria, esta Comissão de delibera pela aprovação e consequente regular tramitação do Projeto de Lei nº 49/2025, visto que o objetivo da mencionada proposta à norma encontra-se guarida orçamentária para sua execução, o que de pronto fica demonstrado que sua aprovação não apresenta riscos às finanças municipais.

VOTO.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente, **por unanimidade dos membros, à APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 049/2025**, devendo seguir para discussão e votação em plenário, obedecendo aos trâmites da Casa e quórum qualificado para sua aprovação, conforme determinam o art. 53 e seguintes da LOMMN, e art. 132 e seguintes do RICMMN, tudo de acordo com orientação da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal.

É O PARECER, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova,
em 13 de agosto de 2025.

Francisca AuriJane Martins da Cunha
Presidente

José Cleidiomar de Souza
Membro

José Gomes da Silva Júnior
Membro